

---

**ATA DE REUNIÃO Nº 04/2026 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO  
INPREVID**

Aos 16 dias do mês de abril de 2026, às 08h30min, na sede do INPREVID, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos - o Presidente Vilso Vanz, a Tesoureira Juliane Maria Colle Wartha e o Membro Wolmar Erdmann para a reunião ordinária do mês. O Presidente Vilso deu boas-vindas e iniciou os trabalhos apresentando a **Análise dos Investimentos em março/2026: Composição da Carteira de Investimentos**: Fundos em Renda Fixa: **24,11%**; Fundos em Renda Variável: **4,96%**; Fundos Multimercado: **0,00%**; Investimentos no Exterior: **0,00%**; Títulos Públicos (NTN-B): **70,93%**. Recursos Financeiros Aplicados: **R\$ 442.195.889,73**. Recursos em Conta Corrente: R\$ 150,52. **Rentabilidade média da carteira acumulada no mês**: 0,93%. **Rendimento**: R\$4.065.072,75. **Destques**: 1) Rentabilidade positiva dos Títulos Públicos (NTN-B): média de 1,44%, com valor acumulado em **R\$ 313.667.560,95**; 2) Variação negativa do investimento: Caixa Ações Livre, com retração de R\$ 1.591.549,09 em saldo e rentabilidade percentual negativa em -6,76%. **Aplicações**: R\$ 5.759.251,36 de saldo movimentado. **Resgates**: R\$6.065.075,39 de saldo movimentado; Saldo entre aplicações e resgates foi negativo: R\$ 305.824,03. **Distribuição dos recursos do INPREVID**: BB Gestão DTVM: 14%; Caixa DTVM: 15,07%; e Títulos Públicos: 70,93%. Conforme dados do estudo da ALM para 2026 o INPREVID ainda tem uma pequena margem para alocar recursos em NTN-B's conforme relatório em anexo, sendo que as previsões para até 2040 o INPREVID ainda possui um saldo de R\$14.521.161,60 e até 2045 R\$12.771.368,28. Aproveitou-se o momento para analisar a possibilidade de em maio fazer novas aplicações em NTN-B's, conforme o índice pago se mantiver elevado, será definido em outro momento de onde virão os recursos para as aplicações citadas anteriormente. Na sequência o presidente convidou os membros deste comitê para participar da audiência de prestação de contas que acontecerá no dia 28/04/2026 as 14h na Câmara Municipal de Vereadores. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, assim como esta ata, que segue assinada pelos presentes.

VILSO VANZ  
Presidente do INPREVID e  
Presidente do Comitê de Investimentos

JULIANE MARIA COLLE WARTHA  
Tesoureira do INPREVID e  
Membro do Comitê de Investimentos

WOLMAR ERDMANN  
Membro do Comitê de Investimentos



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Videira  
Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira –  
INPREVID

---

---

## **COMENTÁRIOS À CONJUNTURA ECONÔMICA**

"Os fortes fazem o que podem, e os fracos sofrem o que devem", escreveu Tucídides no "Diálogo dos Melianos", em sua obra História da Guerra do Peloponeso. Apesar de remontar a séculos antes de Cristo, a citação permanece atual. Os recentes desdobramentos no Golfo Pérsico evidenciam como decisões estratégicas dos países ampliam o risco de escalada do conflito, gerando impactos diretos sobre os preços de energia e resultando em um dos episódios de maior disrupção nas cadeias globais de suprimentos da história recente. O acordo temporário de cessar-fogo traz maior otimismo quanto à possibilidade de uma resolução permanente do conflito. Estados Unidos e Irã concordaram em suspender os combates por duas semanas. A busca por soluções de curto prazo que viabilizem a reabertura do Estreito de Ormuz configura um cenário mais favorável para mitigar os impactos observados, especialmente por meio da recente escalada dos preços do petróleo em nível global. Ainda assim, o acordo não encerra o conflito, mas abre espaço para avanços em negociações diplomáticas. Embora o Irã tenha concordado em reabrir a rota marítima, o tráfego de navios petroleiros e de embarcações de gás natural liquefeito (GNL) pelo Estreito de Ormuz permanece limitado. Adicionalmente, os recentes ataques a importantes polos energéticos no Golfo Pérsico, como o Complexo de Gás de Ras Laffan, maior polo de produção e exportação de gás natural do mundo, e o complexo de Abqaiq e Ras Tanura, que abriga uma das maiores refinarias de petróleo do Oriente Médio, elevam a probabilidade de um choque de energia mais prolongado, diante da dificuldade de recuperação dessas instalações. Esse contexto tende a manter os preços do petróleo em patamares superiores aos níveis pré-conflito. Apesar de o cessar-fogo representar a notícia mais positiva para os mercados desde o início do conflito, os dez pontos propostos pelo Irã ainda apresentam condições consideradas mais rígidas, que devem ser amplamente debatidas nas negociações. Persistem incertezas relevantes, em meio a sinais contraditórios nas declarações do presidente Donald Trump e de autoridades iranianas, o que dificulta inferências mais precisas sobre o desfecho de um acordo permanente. O presidente Trump enfrenta, por sua vez, um dilema que favorece a busca por uma resolução mais célere do conflito. A economia americana ainda convive com pressões relacionadas ao custo de vida, incluindo inflação elevada, preços de energia mais altos e aumento recente nos preços dos combustíveis. Esse cenário impõe custos políticos relevantes, especialmente diante da queda de aprovação e da resistência de parte da população às ofensivas no Irã. Assim, ganha força um cenário base de resolução nas próximas semanas, embora não se possa descartar a possibilidade de uma desescalada apenas parcial, diante da resistência do Irã nas negociações e do risco de novos episódios de escalada. Em meio ao conflito no Golfo Pérsico, o Federal Open Market Committee (FOMC) do Federal Reserve decidiu manter a taxa de juros da economia americana inalterada no intervalo de 3,50% a 3,75% na reunião de março. A postura do comitê foi mais dura em relação ao comunicado anterior. Houve maior ênfase nos riscos inflacionários dentro de seu duplo mandato. Em síntese, a barra para cortes adicionais de juros ao longo do ano tornou-se mais elevada. A Summary of Economic Projections (SEP), que compila as estimativas dos dirigentes sobre a economia dos Estados Unidos, passou a indicar apenas um corte de juros em 2026. Além disso, entre quatro e cinco membros revisaram suas projeções, reduzindo de dois para apenas um corte no período. O presidente do Fed, Jerome Powell, reconheceu que não houve progresso no processo desinflacionário, ao observar que o núcleo do PCE permaneceu em torno de 3%, em linha com o comportamento ao longo do ano anterior. Na coletiva pós-FOMC, Powell destacou alguns fatores que ajudam a compreender a atual dinâmica da inflação. Em primeiro lugar, os efeitos

das tarifas ainda não se esgotaram na inflação de bens, com um andamento de seu progresso diferente do esperado pelo comitê. Aliado a isso, a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos no mês passado adicionou uma camada extra de incertezas quanto ao repasse para os preços. Em segundo lugar, o tom relacionado à inflação de serviços mudou entre as comunicações. Enquanto no comunicado de janeiro houve menção explícita de que "a desinflação parece estar continuando no setor de serviços", essa avaliação não foi reiterada na comunicação mais recente do comitê. Um ponto de preocupação destacado por Jerome Powell foi a inflação de serviços excluindo habitação, conhecida como "supercore", que tem permanecido praticamente estável há cerca de um ano. Em tese, um mercado de trabalho mais fraco deveria contribuir para algum arrefecimento dessa métrica. Powell atribuiu essa dinâmica a fatores idiossincráticos. Por fim, há a possibilidade de um choque altista para a inflação, decorrente das consequências do conflito no Oriente Médio. O Federal Reserve tem sinalizado que tende a tratar esse movimento como um choque temporário, ressaltando o elevado grau de incerteza associado aos desdobramentos do conflito. Ainda assim, a alta dos preços da gasolina nos EUA pode gerar efeitos de contágio sobre os núcleos de inflação no curto prazo, dificultando o processo de convergência da inflação à meta. Pelo outro lado do mandato do Federal Reserve, o mercado de trabalho segue relativamente estável. A criação líquida de vagas próxima de zero gera alguma preocupação para o comitê, em um contexto de redução da força de trabalho, influenciada por políticas migratórias mais restritivas, e de menor demanda por trabalho, fatores que ajudam a manter a taxa de desemprego equilibrada. Nesse cenário, a situação atual do mercado de trabalho reduz a pressão imediata por novos cortes, dada a ausência de sinais mais claros de deterioração.

Os aumentos nos preços de energia têm se configurado também como um desafio relevante para os países da Zona do Euro, que são grandes importadores e, portanto, mais expostos à elevação dos preços do petróleo e do gás natural. Esse movimento acende alertas importantes, especialmente para economias com menor diversificação de suas matrizes energéticas e maior dependência do gás natural para geração de energia. Como consequência, há impactos esperados sobre a inflação no curto prazo, bem como sobre as perspectivas de crescimento da região. Diante desse cenário mais adverso, o Conselho do Banco Central Europeu optou por manter inalteradas suas três taxas de juros. Segundo o comunicado da autoridade monetária, as perspectivas tornaram-se significativamente mais incertas, com riscos altistas para a inflação e baixistas para o crescimento econômico, numa dinâmica muito dependente da duração do conflito e dos eventuais danos às cadeias de suprimentos. Alguns Estados-membros da UE já vêm adotando medidas de contenção para aliviar os preços de combustíveis. O Banco Central Europeu seguirá dependente dos dados para a condução da política monetária, adotando uma abordagem reunião a reunião, sem se comprometer com uma trajetória específica. A instituição já revisou suas projeções, com inflação mais elevada e crescimento mais fraco, em função dos impactos do conflito, ainda que tais estimativas possam estar defasadas frente aos desdobramentos mais recentes. Nesse contexto, a condução da política monetária tende a permanecer cautelosa até que haja maior clareza sobre a evolução do cenário. O tema mais relevante para o Brasil ao longo de março foi a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, que realizou o primeiro corte da taxa Selic em 25 pontos-base, dando início ao ciclo de flexibilização monetária. Desde o último encontro do Copom, as incertezas provenientes do cenário externo se intensificaram significativamente. Na comunicação do BCB, observou-se um aumento relevante do peso atribuído às condicionantes relacionadas ao conflito no Oriente

Médio, o que motivou um movimento mais cauteloso. Apesar da incorporação de um novo e relevante vetor de incerteza, o Banco Central do Brasil manteve, em sua comunicação, a expressão "calibração do ciclo", evitando sinalizações explícitas sobre a magnitude e a duração do processo de afrouxamento monetário. Essa postura é compatível com uma autoridade monetária dependente dos dados, que busca ganhar tempo para avaliar os canais de transmissão do conflito no Oriente Médio sobre a inflação, ainda cercados de elevada incerteza. Em nossa leitura, dado o conjunto atual de informações, o BCB segue inclinado a dar continuidade ao ciclo de cortes da Selic, ainda que com espaço significativamente mais limitado, diante dos potenciais efeitos de contágio sobre os preços. Observa-se, adicionalmente, uma elevação expressiva nos preços de insumos relevantes, como o diesel S-10 e os fertilizantes. Esses movimentos aumentam a probabilidade de um choque de custos, com impactos sobre fretes e, conseqüentemente, sobre a cadeia de alimentos, componente que teve papel importante no processo desinflacionário recente. Ainda assim, a mensuração dos efeitos do conflito permanece desafiadora, dado o elevado grau de incerteza quanto à sua duração. Esse contexto dificulta a consolidação da desinflação e, à luz da ata, o Banco Central do Brasil não parece plenamente convencido de sua sustentação. As projeções de inflação do Banco Central do Brasil foram revisadas para cima na divulgação do Relatório de Política Monetária. A incorporação de uma trajetória mais elevada para os preços do petróleo ao longo do ano foi o principal fator por trás dessa reavaliação. Há preocupação com o fato de que, no horizonte relevante de política monetária, as projeções seguem acima da meta de inflação. No curto prazo, a elevação das expectativas captadas pelo boletim Focus contribui para a desancoragem, o que tende a tornar a próxima decisão do comitê mais conservadora. Por último, a atividade econômica no Brasil tem mostrado perda gradual de tração, refletindo os efeitos esperados de uma política monetária contracionista conduzida pelo Banco Central do Brasil. É de se esperar que os efeitos restritivos do atual patamar da Selic passem a pesar sobre os componentes mais sensíveis do Produto Interno Bruto (PIB), o que foi corroborado pelas leituras mais recentes, que evidenciam clara desaceleração. Apesar disso, segmentos menos cíclicos apresentaram maior dinamismo em relação ao ano anterior, especialmente a produção agropecuária e a indústria extrativa. Observando a decomposição utilizada pelo Banco Central do Brasil para distinguir setores mais e menos cíclicos, nota-se que os segmentos menos sensíveis ao ciclo econômico apresentaram expansão e registraram a maior contribuição positiva para o crescimento anual. Em síntese, a política monetária restritiva vem surtindo os efeitos esperados sobre a atividade econômica. O setor de serviços é responsável pela maior parcela na contribuição da atividade econômica doméstica. Dentro desse setor, observa-se heterogeneidade nas taxas de crescimento entre seus componentes. As maiores contribuições vieram dos subsegmentos de informação e comunicação e de intermediação financeira, enquanto segmentos mais sensíveis ao ciclo, como o comércio, apresentaram menor dinamismo, em meio à desaceleração do consumo das famílias. Esse movimento reflete condições financeiras mais restritivas e um maior comprometimento da renda com o serviço da dívida, o que pressiona os orçamentos familiares, compatíveis com um ambiente de política monetária mais restritiva, apesar de um mercado de trabalho que se mantém resiliente e do crescimento dos salários reais.